

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GOVERNANÇA DA REGIÃO METROPOLITANA NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 184 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

REQUERIMENTO Nº 164/2019

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às nove horas do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, a Comissão de Representação em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 164/2019, reuniu-se para realização da sexta reunião extraordinária, através do aplicativo "Whatsapp", conforme Edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo de 29.04.2022, sob a Presidência do Senhor Deputado WALDECK CARNEIRO e com as presenças dos Senhores Deputados LUIZ PAULO, vice-presidente, e ELIOMAR COELHO, membro efetivo. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para deliberação a possibilidade de realização de reuniões e Audiências Públicas remotas (meios digitais), conforme dispõe o Art. 2º do Ato da Mesa Diretora NMD/Nº 674/2022, publicado em 19 de abril de 2022. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião, da qual, para constar, eu, Prícilla Schiavon Coutinho Lara, matrícula 201.861-2, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 29 de abril de 2022. Prícilla Schiavon Coutinho Lara - Secretária Deputado WALDECK CARNEIRO - Presidente

COMISSÃO ESPECIAL DE ENFRENTAMENTO À MISÉRIA E À EXTREMA POBREZA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(REQUERIMENTO Nº 212/2021)

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta e cinco minutos, de forma presencial, no auditório do vigésimo primeiro andar do edifício Lucio Costa, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, situado na Rua da Ajuda nº 5, Centro, Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 212/2021, conforme convocação por edital publicado na data de sete de dezembro do corrente ano, com o intuito de tratar do tema: A luta contra a fome e a pobreza no Rio de Janeiro. A Senhora Deputada RENATA SOUZA, Presidenta da Comissão, declarou aberta a Audiência Pública agradeceu e deixou registradas as presenças da Senhora Deputada Enfermeira Rejane membro efetivo desta Comissão, do Senhor Deputado Waldeck membro suplente bem como das autoridades e seus representantes. Em seguida, acrescentou que a composição da mesa da Audiência Pública de hoje foi formada por pessoas essenciais para o trabalho desta Comissão. Dando continuidade, chamou os seguintes convidados para sentarem-se à mesa: Dr. Guilherme Pimentel - Ouvidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Rodrigo Afonso - Ação da Cidadania, Sra. Maria Isabel Couto - Diretora de Programas do Instituto Fogo Cruzado. Sra. Mariana de Paula - Lab Jaca, Sra. Luana Mateus - MST e a Sra. Sandra Quintela - Rede Jubileu Sul. Antes de passar a palavra aos convidados, a Senhora Presidenta informou que a Audiência tem o intuito de tratar de um tema muito sensível e especial, a miséria, fome e extrema pobreza, flagelo antigo que persiste ente nós seres humanos, levando as pessoas ao desfalecimento. A pandemia de COVID-19, que assolou o Brasil e o mundo, não inventou a fome, mas as escolhas dos nossos governantes agravaram a situação do Brasil e principalmente do Estado do Rio de Janeiro, que passou a ter mais de 2 milhões e meio de pessoas em situação de insegurança alimentar. Prosseguindo, a Senhora Presidenta passou a palavra para os Deputados e convidados presentes, bem como para o público presente na plateia, em sua maioria, membros de acampamentos e assentamentos. Estes fizeram uso da palavra contribuindo com posicionamentos e sugestões pertinentes ao tema da Audiência. Em continuidade, informou que a Comissão iria homenagear cada um e cada uma que fez diferença no combate à fome, no combate à pobreza e à miséria no Estado do Rio de Janeiro, pessoas que estiveram conosco em toda a trajetória, e todo caminho fazendo uma aliança tão fundamental com os movimentos dentro das favelas, dentro das periferias, com a sociedade civil organizada, fazendo aquilo que o Estado deveria fazer e não fez. Prestadas todas as homenagens e após, nada mais havendo a tratar, e não tendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidenta agradeceu a presença e colaboração de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo link https://www.youtube.com/watch?v=TiO_qVUkyc0 contém a íntegra da reunião, bem como seu inteiro teor segue nas notas taquigráficas, em anexo, da qual, para constar, eu, Maurício Pires Augusto, matrícula 201.781-2, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidenta. Em, 07 de dezembro de 2021. (a) Maurício Pires Augusto - Secretário; (a) Deputada Renata Souza - Presidenta.

(Notas Taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Às 10h35, do dia 07 de dezembro de 2021, na condição de presidenta da Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria e à Extrema Pobreza no estado do Rio de Janeiro, dou por abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública, com o objetivo de discutir a luta contra a fome e a pobreza no estado do Rio de Janeiro.

Gostaria de convidar para composição desta Mesa o Sr. Guilherme Pimentel, Ouvidor da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro. Gostaria de também convidar o Sr. Rodrigo, mais conhecido como Kiko Afonso, da Ação da Cidadania. Gostaria de convidar a Sra. Maria Isabel Couto, diretora de Programas do Instituto Fogo Cruzado (palmas); a Sra. Mariana de Paula, do Lab Jaca (palmas); a Sra. Luana Mateus, do Movimento MST; a Sra. Sandra Quintela, da Rede Jubileu Sul (palmas).

Quero agradecer antecipadamente aos nossos convidados e convidadas pela composição desta Mesa. A gente sabe o quanto que é fundamental a construção coletiva de ações que superem as desigualdades sociais, em especial as desigualdades que hoje são fatais para nossa população, com relação à falta do acesso à alimentação, alimentação saudável. A gente vive num momento de insegurança alimentar, de situação onde a miséria e a pobreza fazem parte, infelizmente, de um projeto político de poder, em especial do governo federal, hoje ocupado pelo Sr. Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, lutar contra a pobreza, dentro de uma Casa Legislativa como esta, é uma ação imediata e, claro, quando temos aqui parceiros e parceiras tão fundamentais na luta, é importante que esta Comissão Especial, talhada já no início deste ano, quando a gente percebeu que a miséria e fome - que já tinham processos abissais antes mesmo da pandemia -, com a pandemia, a situação de vulnerabilidade aumentaria.

Nesse sentido, é fundamental que uma Comissão Especial como esta possa apresentar soluções plausíveis para nossa população, sendo que o Rio de Janeiro tem uma situação muito específica nesse contexto de miserabilidade e pobreza. O Rio de Janeiro, hoje, é um dos estados que mais tem desempregados no Brasil. É também no Rio de Janeiro onde a população em maior vulnerabilidade se encontra. Então, é fundamental trazer também esse papel de uma Comissão Especial que se relaciona diretamente com os movimentos sociais, que cumprem um papel excepcional nesse momento em que o estado não dá conta de assegurar o direito à alimentação, o direito à dignidade humana, em plena pandemia que desafia a Humanidade.

Temos, hoje, no Brasil, 615 mil pessoas mortas pela Covid-19, e, também, pela omissão dos governos, pela negligência dos governos. No Rio de Janeiro já estamos chegando a 70 mil pessoas mortas pela Covid e, igualmente, pela omissão do governo do estado do Rio de Janeiro.

Não é ao, o ex-governador e ex-juiz Wilson Witzel, foi levado a um processo de impeachment porque, exatamente, num momento

de pandemia aproveitou-se do lugar de comando deste estado, para engendrar todo um processo de corrupção, justamente a partir de um espaço que poderia salvar vidas, a Saúde no Rio de Janeiro. Com corrupção bem evidente em ações que poderiam ter salvado vidas, como a compra de respiradores.

Hoje, o Rio de Janeiro tem mais de 10% das mortes pela Covid, no Brasil. Isso significa que quando a gente olha os dados da população do Rio de Janeiro, comparado com São Paulo e outros estados, é escandaloso que só o estado do Rio de Janeiro tenha mais de 10% das mortes que acometeram o nosso povo brasileiro.

Nesse sentido, é importante dizer que a nossa Comissão Especial, feita em parceria com os Movimentos Sociais, em especial movimentos por luta para a dignidade humana, conseguiu percorrer alguns municípios importantes nesse processo. Nós fizemos visitas técnicas em São João de Meriti, na Maré, em Teresópolis, Jacarezinho, Nova Friburgo, Macaé, Pati do Alferes, Morro da Providência, Campos dos Goytacazes, Manguinhos e Três Rios. Entre esses municípios e favelas do Rio de Janeiro, que a gente pôde visitar, a situação de precariedade é escandalosa.

É óbvio que quando a gente apresentou, na nossa primeira audiência pública, os aspectos e as expressões da extrema pobreza, apontamos no Jacarezinho as operações policiais como a que ocorreu no Jacarezinho, deixando 28 pessoas mortas. Isso é expressão cruel da extrema pobreza e da miséria!

Então, nós fomos, pela Comissão, junto com demais deputados da Comissão Especial, no Jacarezinho, ouvir as famílias, ouvir também as instituições ali colocadas, porque entendemos que hoje as operações especiais, que deixam corpos de jovens negros pelo chão, representam uma expressão cruel da extrema pobreza. Então, não nos furtaremos de fazer o nosso papel.

Nesse sentido, também, foram onze visitas técnicas a doze municípios e comunidades, favelas do Rio de Janeiro, e a gente pôde concluir a insuficiência das ações ditas emergenciais, para que o nosso povo não pudesse passar fome.

A Assembleia Legislativa foi uma das que protagonizou um processo de transferência de renda, com o Supera Rio, uma ação que a gente transpõe para o governo estadual, que deveria estar fazendo um papel central para evitar que o nosso povo passe fome. No entanto, não só foi negligente, como a operacionalidade do Programa Supera Rio está muito aquém do desejado. Em todos os municípios que a Comissão Especial esteve, o número de pessoas atendidas pelo Programa Supera Rio era aquém da necessidade dessas cidades. Isso eu pude confirmar com diferentes prefeitos, sejam prefeitos da base governista, seja prefeitos do campo progressista. Todos disseram da ineficácia do Programa Supera Rio. É por isso que hoje, aqui na Assembleia Legislativa, eu também compoço a vice-presidência da Comissão Especial que acompanha todo o processo do Supera Rio no estado do Rio de Janeiro.

Também é importante dizer, e quando a gente fala em dados do Rio de Janeiro, só no Rio de Janeiro, seguindo as estatísticas do próprio IBGE, baseados na última pesquisa nacional por amostras de domicílio, 5,3% da população vive com uma renda de até R\$ 249,00 mensais; 15% da população do Rio de Janeiro sobrevive mensalmente com até R\$ 499,00. São 15% da população do Rio de Janeiro; 12% possui renda entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00. E 6,7%, algo em torno de um milhão de pessoas, vive com menos de R\$ 89,00 mensais. Essa é a realidade do estado do Rio de Janeiro.

A gente tenta trazer um tema tão central para um olhar mais cuidadoso e ações imediatas que possam incidir verdadeiramente na vida das pessoas. Por isso, com a ajuda do Presidente desta Casa, Deputado André Ceciliano, que se comprometeu com a doação de 20 milhões à Fiocruz, para que a gente pudesse fazer um programa de enfrentamento e combate à Covid-19 nos territórios de favela e periferia do estado do Rio de Janeiro.

Hoje, a Fiocruz já lançou o primeiro edital e muitas dessas ações já estão recebendo, ou já receberam inclusive, essa primeira parcela desse edital e, hoje, desenvolvem ações em diferentes territórios do Rio de Janeiro, seja para a conscientização sobre a Covid e a importante da vacina - porque a gente tem um presidente da República que nega, não só a Covid, mas negou a vacina e a possibilidade de muitas pessoas sobreviverem. Então, a Fiocruz trouxe esse elemento central, de fazer um editar descentralizado, onde iniciativas que sequer tinham CNPJ, pudessem se organizar com outras iniciativas que tinham CNPJ, para serem agradecidas.

Então, a gente já tem acompanhado a execução desse recurso, indo presencialmente a ações de lançamento dessas cozinhas comunitárias, como foi na última semana, na Frente de Mobilização da Maré. Aqui está Gisele Martins, Naldinha, que também são algumas das pessoas que compõem a Frente Maré, que teve o lançamento de uma Cozinha Comunitária lá.

Só pra falar da última semana: na última semana, outra cozinha solidária, lançada no estado do Rio de Janeiro pelo MTST, no Centro da cidade, na Lapa, numa ação conjunta entre o MTST e o Muca. Vejo, aqui, a nossa Maria dos Camélos, que fez um trabalho excelente, justamente com aquelas pessoas mais vulnerabilizadas, que são os trabalhadores ambulantes e camelôs do estado do Rio de Janeiro. E vejo aqui, também, companheiros e companheiras do MTST - o Vitor, Danilinho -, vejo outras pessoas que compõem também esse trabalho essencial e importante das Cozinhas Solidárias. Ou seja, no próprio território há a possibilidade de uma incidência mais imediata, porque, como diz Guilherme Boulos: se o governo não fez, os movimentos sociais estão fazendo, para matar a fome da nossa população. Quero agradecer as parcerias

Esta Mesa compõe pessoas que foram essenciais para o trabalho da Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria e Combate à Pobreza. Assim, quero convidar para fazer uso da fala, por cinco minutos, o Sr. Guilherme Pimentel, Ouvidor da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro. A Ouvidoria que existe para buscar a melhoria das condições de vida e de serviços prestados, não só pela própria Defensoria, mas também outros órgãos públicos, a partir do diálogo com a sociedade civil e a escuta e pelo atendimento específico a essas famílias em maior vulnerabilidade.

Muito obrigado, Guilherme, pela parceria.

O SR. GUILHERME PIMENTEL - Eu que agradeço, Renata. Bom-dia a todas e todos.

Quero começar saudando a Renata de Souza pelo trabalho especial à frente da Comissão de Enfrentamento à Miséria e Extrema Pobreza. Saudar toda a equipe da Renata, que tem trabalhado incansavelmente nessa pauta e tem estado ao lado das favelas do nosso Rio de Janeiro, das periferias, da população, que tanto sente falta de políticas públicas eficazes para garantia de direitos. Mas tem encontrado em alguns mandatos, aqui, como o mandato da Deputada Renata Souza, a parceria para continuar lutando.

Quero saudar todo mundo que está presente aqui, sei que ninguém está aqui de boabeira. A gente está falando de enfrentamento à fome, essa é uma pauta extremamente prioritária. E sei que cada um, cada uma aqui tem uma história de luta com relação a isso. Então, parabeno a todas e todos, porque a gente está falando de um problema que exige ampla mobilização, que exige engajamento, envolvimento e a gente não pode abrir mão de ninguém.

Quero dizer que, assim que a pandemia chegou no Rio de Janeiro, nós percebemos que houve, ao mesmo tempo, um fechamento dos órgãos públicos e privados, como medida sanitária de contenção do vírus, mas com uma insuficiente compensação de acesso. Então, houve dificuldade de acesso. Ao mesmo tempo, houve todo o problema da pandemia em si, da saúde e das pessoas que perderam renda. As dificuldades aumentaram, o acesso aos órgãos diminuiu. E quem esteve junto com a população foram as linhas de frente dos comitês de crise, das frentes de solidariedade, os mutirões e os movimentos populares. Uma vez que a gente identificou isso, nós iniciamos, na Ouvidoria, uma agenda, que é a escuta das favelas de periferia. E todo os dias nós nos reunimos com várias linhas de frente das favelas e de periferias. Esse relatório foi publicado no ano passado, com tudo aquilo que as favelas e periferia nos disseram e a gente identificou e, também uma prestação de contas do nosso trabalho. Então está na internet, para quem quiser ver. Mas, o principal, que foi revelado aí, foi a ausência de políticas públicas específicas para as favelas e periferias da situação de pandemia. Não houve um

projeto específico para lidar com as condições de vida ali. E assim foi se alastrando nos grandes centros urbanos e no Rio de Janeiro.

Eu queria chamar a atenção para três pontos cruciais na luta contra a fome. O primeiro, a importância da política pública de alimentação escolar, no quanto que diz respeito a essa política pública, a esse direito, que correu várias regiões e vários municípios do estado e, também, não foi totalmente garantido pela rede estadual, quanto que isso colaborou para o aumento da fome no Rio de Janeiro. E o quanto que foram decisivos os movimentos de mães de estudantes da rede pública para garantir o direito à alimentação escolar, onde isso conseguiu ser garantido. E a gente está falando de mais de um milhão de crianças no estado do Rio de Janeiro, que só tiveram comida na mesa por conta da mobilização direta dos movimentos de mães de estudantes da rede pública.

Segundo ponto, já falado aqui pela Renata, a política de auxílios emergenciais, que tiveram grande dificuldade de acesso. A gente, na Ouvidoria, recebe muitos pedidos de ajuda, pessoas que tiveram dificuldade de acesso. Não vou me alongar muito sobre isso. Já foi falado aqui.

E o terceiro, esse movimento maravilhoso que a gente vê crescer, no Rio de Janeiro, que é o movimento das Cozinhas Comunitárias. O quanto que isso revela a necessidade da mobilização contra a fome, em torno da questão alimentar, mas também a capacidade do próprio povo mostrar a necessidade de uma política, como restaurantes populares, por exemplo. Quer dizer, políticas públicas que consigam dar vazão a essa demanda.

Eu quero, para terminar, aqui no meu último minuto, homenagear e fazer minha reverência a todos os movimentos populares, frentes de solidariedade, comitês de crise, mutirões de favelas e periferias, sem os quais certamente o povo do Rio de Janeiro teria passado, estaria passando uma pandemia ainda pior.

Então, a todos vocês as minhas homenagens e admiração profunda. E saibam que podem contar com a Ouvidoria para fortalecer as linhas de frente que vocês ocupam.

Outra coisa que eu queria dizer, para finalizar, é que para nós, da Ouvidoria, está muito nítido que o melhor do nosso futuro vai vir de uma aliança política entre as linhas de frente do movimento popular e as linhas de frente do serviço público. Isso porque o movimento popular mostrou que sabe o que precisa ser feito e que tem conhecimento, com capilaridade, das demandas do povo. Mas não tem estrutura para dar conta das demandas de massa. Ao mesmo tempo o serviço público tem essa estrutura, mas se não tiver participação de quem está na linha de frente do movimento popular, pode ser muito autoritário. Então, nós estamos apostando nessa postura dessas linhas de frente para um futuro melhor para o Brasil.

Saibam que podem contar com a Ouvidoria da Defensoria Pública para colaborar nessa costura. A Defensoria presta um serviço público também, na linha de frente, no acesso à Justiça, mas que sabe que sem a parceria com a sociedade civil organizada nas periferias, o serviço fica capenga. Então contem com a gente, máximo respeito a todos e todas vocês. E valeu, por lutarem aí por um Rio de Janeiro melhor! Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Muito obrigada, Sr. Guilherme.

Não foram poucas as vezes que nós fixemos as visitas técnicas da Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria e Combate à Pobreza juntamente com a Defensoria Pública, com a Ouvidoria, e o Sr. Guilherme fez questão, em todas essas visitas técnicas, de nos acompanhar. Esse é um papel central de organizar, a partir de uma estrutura do próprio estado, que é a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública, ações conjuntas que possam ver a realidade de perto.

Esses dados frios que eu trouxe aqui para vocês são dados de uma situação que poderia inclusive ser evitada, que poderia inclusive ser, os impactos poderiam ser diminuídos, caso a gente tivesse ações colaborativas com o poder público mais eficazes. Mas essas ações, infelizmente, não ganham o real reconhecimento do poder público. Então, nesse sentido ter a Ouvidoria ao nosso lado foi e é essencial desde sempre, então agradeço ao Sr. Guilherme Pimentel, que oxalá, foi reconduzido aí por mais esses dois anos à frente da Ouvidoria da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, e já o parabeno por isso também.

Agora, eu convidei a Sra. Maria Isabel Couto, que é diretora do Instituto Fogo Cruzado, que atua num debate central para o Rio de Janeiro, que é a segurança pública. Há mais de dez anos tem trazido pesquisas qualitativas e quantitativas com relação a essa interface, articulação da sociedade civil e o poder público. São dados muito duros, que revelam que a pobreza hoje é principal alvo de políticas públicas de Segurança, que ignoram a possibilidade de existência e vida da nossa população.

Antes, Maria Isabel, anuncio a presença da vice-presidenta desta Comissão Especial, Deputada Enfermeira Rejane, que faz um trabalho central, também no que tange aos direitos das mulheres (palmas). Nesta Comissão acompanhou, com a sua assessora Vivi, todas as vindas aos territórios. Então quero agradecer.

Gostaria de ver se a gente pode colocar aqui mais uma cadeira para a Deputada Enfermeira Rejane poder participar desta Mesa. Então, Rejane, por favor, já utilize - você me desculpe, Maria Isabel -, Rejane, por favor, porque é isso, a Comissão da Mulher também vai ter outro trabalho, daqui a um pouquinho, então a gente não pode deixar de ouvir a nossa vice-presidenta. Obrigada.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Primeiro, bom dia, queria saudar a Deputada Renata Souza, que está a frente dessa Comissão tão importante aqui na Casa - não é, Renata -, tão difícil de ser instalada. Queria saudar toda a autoridades da Mesa.

Nós, aqui, trabalhamos muito em conjunto. Esse processo, aqui dentro da Casa, depois que vieram as Deputadas Renata, a Mônica, a Dani, a gente conseguiu avançar no trabalho feito nas comunidades, no trabalho com as mulheres negras, no trabalho de mulheres, de juventude, que é muito difícil aqui na Casa, principalmente sendo mulher. Vocês sabem disso, vocês acompanham. A gente colocou a Viviane para participar de todos os eventos feitos por essa Comissão. Todas temos dificuldades de horários, somos sozinhas, principalmente eu, que sou sozinha pelo meu partido, Partido Comunista do Brasil.

Mas, Renata, não podia perder a oportunidade de estar aqui, de te saudar, falar que todo o esforço, toda a força do nosso gabinete, para que a gente leve essa Comissão, que tire frutos, que faça um relatório bonito, que faça projetos de lei que enfrente ao Poder Executivo, para a gente, de fato, trazer uma resposta à sociedade.

Nós estamos passando por um processo muito difícil, um governo negociacionista, um governo que nega a vacina, que nega a máscara, que leva a população à miséria, à fome. A gente sabe que isso é fruto desse governo que assumiu o País, que não gosta de negros, não gosta de mulheres, não pauta processos e pautas que são importantes para o nosso povo. Não pauta e faz com que o Brasil entre num processo de retrocesso, que a gente está vivendo. A gente está vivendo uma negação das instituições. A gente está vivendo brigas entre Executivo e Judiciário, a gente está vivendo um momento que está levando o País à miséria de fato. É preciso que a gente se reúna, que se reúna, se debata qual é a forma, qual é o nosso papel, o papel de cada um, para a gente poder enfrentar, porque é muito difícil enfrentar sozinhos. Às vezes dá vontade desistir, às vezes dá vontade da gente voltar para casa, mas a gente entende que só em conjunto, só fazendo esse trabalho, às vezes de formiguinha, que a gente nem percebe que é tão importante, mas que é um trabalho que precisa ser feito. É preciso chamar a sociedade, organizar, fazer o processo avançar, para que a gente consiga um mundo mais solidário, onde as pessoas tenham no mínimo um trabalho, no mínimo tenham o direito de estudar.

Está todo mundo doente, mais de 600 mil pessoas morreram e, agora, com a gripe - Nossa Senhora! - está um caos em todos os hospitais. A gente tem visitado muito hospital público e está uma desgraça só e cada vez piora mais: os trabalhadores sem salário, três meses sem pagamento!

Então, é isso, Renata. Não vou me alongar, mas vim aqui só para te dar essa força, essa solidariedade, para a gente trabalhar sempre em conjunto e com muita confiança nesse seu trabalho, que é